

Ecologistas no Brasil podem diminuir dívida

Ricardo Arnt

Organizações ecologistas americanas, como a Conservation International e a The Nature Conservancy, estão procurando interlocutores no Brasil — do governo ou de entidades não-governamentais — para negociar uma operação de conversão da dívida externa brasileira em patrimônio ambiental no Brasil. A experiência bem-sucedida de três acordos do gênero, com a Bolívia, o Equador e a Costa Rica, estimulou os ambientalistas americanos a procurarem um esquema, politicamente negociável, que permita uma operação com o Brasil.

No dia 13 de julho de 1987, a Bolívia fechou acordo com a Conservation International convertendo 650 mil dólares da sua dívida externa num parque de 1 milhão e 500 mil hectares na Bacia do rio Beni. A Conservation International comprou os títulos da dívida boliviana em bancos privados americanos — com um deságio de 85% — e os doou ao governo de La Paz para investimento em proteção ambiental.

Recursos — Em dezembro de 1987, o Equador recebeu 250 mil dólares de títulos da sua dívida externa para serem convertidos em bônus e investidores na Dirección de Parques Naturales. A Conservation International negociou a doação dos títulos por bancos privados americanos e uma organização não-governamental equatoriana, a Fundación Natura, fez a articulação com o Banco Central do Equador. Novos acordos, no valor de 5 milhões de dólares, estão em negociação.

Em fevereiro passado, a Nature Conservancy e o World Wildlife Fund uniram-se à Fundación Neotropica e à Fundación de Parques Nacionales, da Costa Rica, para articular a compra de 3 milhões 300 mil dólares da dívida costarriquenha por 17,13% do seu valor — 547 mil dólares — investidos em projetos de conservação ambiental. Também o Fleet National Bank, de Rhode Island, EUA, doou 250 mil dólares da dívida costarriquenha à Nature Conservancy que os repassou ao



governo da Costa Rica para a aquisição e administração da Zona Protegida de La Selva. Acordos no valor de 5 milhões 400 mil dólares estão em perspectiva na Costa Rica.

Grupos ecologistas estão pressionando os governos dos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Canadá e Itália para adotarem políticas que favoreçam as conversões. Do ponto de vista dos bancos americanos, as operações tornaram-se atraentes desde que o United States International Revenue Service decidiu, no dia 12 de novembro de 1987, que todos os títulos de dívida externa doados aos países devedores poderão ser deduzidos do Imposto de Renda, segundo o valor da venda com deságio. O senador americano John Chafee (republicano, Rhode Island) e o deputado George Mitchell (democrata, Maine) já propuseram um projeto de lei ao Congresso, facultando o desconto do Imposto de Renda no valor nominal, sem deságio, dos títulos doados.

Para os bancos, consolida-se um mecanismo de compensação por títulos de dívida que provavelmente nunca seriam pagos. Para os países devedores — onde a pressão da dívida gera, muitas vezes, políticas de dilapidação do patrimônio natural — surge uma oportunidade de unir o útil ao necessário: diminuir as pressões econômicas externas e salvar o que resta dos recursos naturais.